

68 PARTIDOS NEGOCIARAM MANDATOS

Deputados menos importantes foram sacrificados para salvar lideranças

Um número inferior a 20 indicações para cassação pela CPI do Orçamento já estava previsto um mês antes do fim dos trabalhos, por causa de acordos fechados pelos principais partidos, já recuperados da surpresa inicial que envolveu alguns de seus principais líderes. Nas últimas semanas, o plenário da CPI chegou a se transformar num campo de batalha, onde até sacrifícios de militantes menos importantes foram oferecidos, para se salvar outros de importância vital.

O caso do deputado Uldúrico Pinto (PSB-BA), que até entrou em greve de fome, é um exemplo claro de como a cassação de um parlamentar foi oferecida à CPI, pelo próprio partido, para que outro fosse salvo. Mesmo sem provas convincentes contra Uldúrico, a CPI preferiu apontá-lo à Mesa da Câmara, para a continuidade das investigações, e incentivar o deputado Sérgio Guerra (PSB-PE), considerado importante para a campanha de Miguel Arraes (PSB-PE) ao governo de Pernambuco. Já no seu primeiro mandato, Guerra transformou-se numa das mais famosas "águias"

do Orçamento, denominação dada aos parlamentares que substituíram os "sete anos", cuja atuação durou até 1991.

Até 15 dias atrás, o PFL tinha apenas o deputado Ricardo Fiúza como suspeito de participação nas irregularidades e o PMDB, que tinha 10 sob investigação, exigia a contra-partida. O PFL, então, deixou vaziar a informação de que o deputado Ezio Ferreira (PFL-AM) tinha recebido cheques de empreiteiras, comprometendo-o irremediavelmente. Ferreira, um milionário excêntrico, que mora numa mansão no Lago Sul, em Brasília, está sendo processado pela Receita, como sonegador, e é fiscalizado até pelo Ibama, porque costuma fazer festas cujo prato principal é a tartaruga mussuã, espécie em extinção.

Ao envolver Ferreira, o PFL conseguiu desviar a CPI de Eraldo Tinoco e José Carlos Aleluia, seguidores do governador Antônio Carlos Magalhães. Tinoco foi relator-geral da Comissão do Orçamento na época das conturbadas presidências do deputado João Alves (sem partido-BA). Aleluia, apesar da aprovação re-

corde de emendas no Orçamento de 1992, também se livrou.

O PMDB foi o partido mais prejudicado. Perdeu Ibsen Pinheiro (RS) e Genebaldo Correia (BA), seus dois principais líderes, e teve mais cinco integrantes apontados para cassação. Logo no início da CPI, percebeu-se que havia uma aliança entre o PFL e o PPR para atingir o PMDB. Ibsen, por exemplo, foi arrasado aos poucos, com o vazamento de informações sobre sua movimentação bancária, na tentativa de esconder as atenções que pairavam sobre Ricardo Fiúza.

O deputado José Luís Maia (PI), líder licenciado do PPR, foi outro que, mesmo com a situação complicada, safou-se, porque outros integrantes do partido, sem qualquer liderança, apareceram entre os envolvidos nas irregularidades: o desconhecido Daniel Silva (MA) e João de Deus Antunes (RS). João de Deus tem origem no PDT mas foi expulso, ao votar a favor dos cinco anos para o ex-presidente Sarney, na Constituinte, e junto com Silva era um nome fácil para o sacrifício.

João Domingos/AE